

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº /2012

(do Sr. Domingos Dutra)

Requer que seja formada Comissão de Deputados para realizar diligencia com a finalidade de apurar as violações de Direitos Humanos das mais de 1.700 famílias removidas violentamente da comunidade de Pinheirinho, Município de São José dos Campos no estado de São Pulo, no dia 22 de Janeiro do corrente ano.

Senhora Presidenta:

Nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja constituída Comissão de Deputados para realizar diligência com a finalidade de apurar as violações de Direitos Humanos às mais de 1.700 famílias removidas violentamente da comunidade de Pinheirinho, Município de São José dos Campos no Estado de São Paulo, no dia 22 de Janeiro do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

A execução de ordem judicial de reintegração de posse na área de Pinheirinho no Município de São José dos Campos foi registrada pela imprensa nacional e mídias sociais ligadas ao movimento social. Vídeos, fotos e depoimento dos moradores demonstram que a remoção se deu de forma truculenta no dia 22 de janeiro, na madrugada do sábado para o domingo, com várias pessoas feridas, muitas delas crianças.

Há quase uma década, as famílias residiam na área de mais de 1 milhão de hectares, cuja propriedade é da massa falida da empresa Selecta, de Naji Robert Nahas, conhecido pelo envolvimento da quebra da bolsa de valores do Rio de Janeiro. A massa falida possui, apenas com a prefeitura de São José dos Campos, uma dívida de R\$ 16 milhões em impostos, o que permitiria a adjudicação do imóvel.

Não fosse isso o bastante, a 6ª Vara Cível de São José dos Campos ignorou ainda que se tratava de uma posse antiga, onde cerca seis mil pessoas residiam e passaram a construir a realização do sonho de terem o direito a uma moradia digna e de ser uma área que antes da ocupação não cumpria sua função social, e não pestanejou, com uma canetada, em conceder a ordem de reintegração de posse.

Uma ordem que para ser cumprida foi acompanhada da força policial, que pegou os moradores de surpresa, sem espaço para qualquer mediação e sem poupar crianças, mulheres, homens e idosos de serem partes de um campo de guerra. Uma ação policial que chocou o Brasil e que levará o país a responder sobre o fato perante a ONU.

Segundo o Relator Nacional do Direito Humano à Cidade, Orlando Alves, “De acordo com a legislação nacional e internacional, o despejo forçado significa frontal violação ao direito à moradia, sendo, por esta razão, a última solução possível para a resolução de conflitos possessórios”.

As famílias, dispersadas com violência, estão provisoriamente instaladas em igrejas e galpões armados pela prefeitura. De acordo com Nota da Defensoria Pública de São Paulo, há pessoas abrigadas de maneira precária em quadras poliesportivas próximas a viveiros de pombos e fezes de animais.

O fato de o Brasil ter alcançado o posto de 5º economia do Mundo não significa que se tornou um país justo. Por outro lado, a barbárie praticada em Pinheirinho exige profundas reflexões e mudanças no Poder Judiciário brasileiro que continua colocando a propriedade acima da vida.

Pelo exposto e tendo em vista as competências legais, regimentais e constitucionais desta Comissão, é que apresentamos o presente Requerimento para apurar as violações de Direitos Humanos às mais de 1.700 famílias removidas violentamente da comunidade de Pinheirinho.

Sala da Comissão, 02 de fevereiro de 2012.

“Justiça se Faz na Luta”

Domingos Dutra
Deputado Federal (PT/MA)